



Literacia
Financeira
no Porto

Síntese do Inquérito de diagnóstico local à literacia financeira da população portuense

Março 2025

Porto.

Nota introdutória

A literacia financeira assume um papel cada vez mais relevante no quotidiano dos cidadãos, influenciando a sua capacidade de gerir o orçamento familiar, planejar o futuro e tomar decisões informadas sobre poupança e investimento. No Município do Porto, reconhecemos que a educação financeira é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da nossa população.

É neste contexto que apresentamos os resultados do Inquérito de Diagnóstico Local à Literacia Financeira da População Portuense 2025, um estudo pioneiro promovido pelo Município do Porto e alinhado com as boas-práticas internacionais. De referir que este projeto municipal vem na sequência do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, realizado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros com base no referencial da Rede Internacional de Educação Financeira da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE/INFE). Este último inquérito permitiu aferir o nível de literacia financeira da nossa população, bem como compreender os hábitos de planeamento e gestão das finanças pessoais, englobar padrões de escolha e gestão de produtos financeiros e identificar desafios e oportunidades para futuras iniciativas de capacitação financeira.

Após um trabalho de campo com 751 entrevistas presenciais, no concelho do Porto, a residentes com idade igual ou superior a 18 anos, os dados evidenciam um conjunto de conclusões que merecem a nossa atenção. Destacamos que 69% dos inquiridos adotam pelo menos uma estratégia para gerir o orçamento familiar, mas apenas 27,3% possuem um plano preventivo para enfrentar dificuldades financeiras. No que respeita à poupança, 56,1% conseguiram guardar dinheiro no último ano, sendo a conta à ordem o principal meio utilizado. No entanto, verificamos que 40,2% da população não procura informação sobre produtos financeiros, um fator que pode limitar a tomada de decisões informadas e conscientes.

Outro ponto relevante prende-se com a digitalização dos serviços financeiros: apenas 5,7% dos residentes recorrem a meios digitais para atividades financeiras, um valor significativamente inferior à média dos países da OCDE. Esta realidade alerta para a necessidade de promover uma maior inclusão digital e facilitar o acesso a ferramentas financeiras modernas e seguras.

Os resultados revelam ainda desafios na compreensão de conceitos financeiros essenciais. Embora a maioria dos inquiridos perceçione os seus conhecimentos como medianos, apenas 2,1% consideram ter um nível elevado de literacia financeira. Questões como a relação entre inflação e poder de compra ou a diferença entre juros simples e compostos continuam a ser pouco compreendidas por uma parte significativa da população.

Em suma, este diagnóstico fornece um retrato fiel dos comportamentos e conhecimentos financeiros dos portuenses e reforça o compromisso do Município do Porto com a promoção da educação financeira, enquanto fator essencial de cidadania e inclusão. Com base nos dados obtidos, vamos trabalhar em conjunto com o ecossistema da cidade para desenvolver ações que dotem os nossos munícipes das competências necessárias para uma melhor gestão financeira, contribuindo assim para um Porto mais informado e preparado para os desafios da atualidade.

Rui Moreira

Presidente da Câmara Municipal Porto

Sumário Executivo

O presente relatório apresenta os resultados do Inquérito de Diagnóstico Local à Literacia Financeira da população residente no concelho do Porto 2025, promovido pelo Município do Porto e no âmbito da iniciativa Literacia Financeira no Porto. O estudo adota uma metodologia semelhante à do Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, desenvolvido pelos supervisores financeiros no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira. Adicionalmente, permite a comparação nacional com os dados do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa¹ e a análise internacional, alinhada com o *International Network on Financial Education* da OCDE/INFE².

O estudo cobre temas como o planeamento e gestão do orçamento familiar, conhecimento e escolha de produtos financeiros, bem como hábitos financeiros realizados pela população em estudo. Para obter uma amostra representativa, foram realizadas 751 entrevistas válidas, em formato presencial, durante os meses de novembro e dezembro de 2024.

O relatório apresenta as respostas a cada questão, analisadas em função de variáveis socioeconómicas e cruzadas com outras respostas, sempre que relevante. Para além disso, são apresentados indicadores agregados de literacia financeira, literacia financeira digital e bem-estar financeiro, permitindo uma análise detalhada do nível de conhecimento e preparação financeira da população.

¹ Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2023). Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa (2023).

² OECD/INFE (2023). *OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy*.

1) Planeamento do orçamento familiar e poupança

A maioria dos entrevistados (69,0%) revelou adotar pelo menos uma estratégia para planejar e gerir o orçamento familiar. Entre os métodos mais comuns, 35,4% registam as suas despesas, 35,2% utilizam ordens de pagamento por débito direto e 33,8% anotam previamente as contas a pagar com o intuito de prevenir esquecimentos.

No que respeita à poupança, 14,4% dos inquiridos reservam uma pequena percentagem do rendimento mensal, 13,6% envolvem toda a família na gestão financeira e 10,1% possuem um fundo próprio para fazer face a situações imprevistas. Os jovens entre os 18 e os 24 anos demonstram menor preocupação com o planeamento financeiro, refletindo a frequência com que indicam que as decisões económicas são tomadas por terceiros.

Relativamente à poupança no último ano, 56,1% dos entrevistados conseguiram guardar dinheiro, recorrendo principalmente a depósitos na conta à ordem (78,9%), a guardar dinheiro em casa (24,5%) e a aplicações de depósitos a prazo (24,2%). No entanto, apenas 27,3% possuem um plano preventivo para enfrentar dificuldades financeiras, geralmente baseado na poupança gerada através dos meios mencionados.

Quando questionados sobre a capacidade de suportar uma despesa inesperada equivalente ao rendimento mensal, 66,7% afirmam que conseguiriam fazê-lo sem recorrer a empréstimos ou ajuda de terceiros. Para além disso, 75,5% consideram os seus rendimentos suficientes para cobrir o custo de vida. Ainda assim, no último ano, 22,4% admitiram ter enfrentado momentos em que o rendimento disponível foi insuficiente para cobrir as despesas correntes. Nestes casos, os principais mecanismos de compensação utilizados consistiram no recurso a empréstimos informais junto de pessoas próximas e no incumprimento do pagamento de contas, ambos representando 35,7%.

No caso da perda da principal fonte de rendimento, 48,8% dos inquiridos afirmam que conseguiriam cobrir as despesas do agregado durante pelo menos três meses. Em contrapartida, 44,9% consideram que não conseguiriam manter a autonomia durante tanto tempo, e 12,3% estimam que a sua capacidade financeira não chegaria a um mês.

Quanto ao planeamento para a reforma, 62,6% dos entrevistados já fizeram ou ponderam fazê-lo, embora a confiança nesse planeamento seja moderada: apenas 43,6% consideram-se moderadamente confiantes e 37,0% revelam pouca confiança. A maioria dos entrevistados, (90,4%) pretende financiar a reforma através dos descontos para a segurança social ou outros regimes contributivos obrigatórios, enquanto 43,8% planeiam utilizar as suas poupanças e 23,7% preveem continuar a trabalhar.

Por fim, a perceção da situação financeira atual revela algum descontentamento: 49,7% dos entrevistados declaram-se insatisfeitos, 35,2% adotam uma posição neutra e apenas 14,6% afirmam estar satisfeitos com o rendimento de que dispõem.

2) Escolha e gestão de produtos financeiros

Quando questionados sobre os produtos financeiros que detêm, a grande maioria dos entrevistados (94,9%) referiu possuir uma conta depósito à ordem. Entre os restantes produtos mais comuns, destacam-se o seguro automóvel (41,1%), o cartão de crédito (39,5%) e a conta depósito a prazo (36,4%).

Ao nível da gestão dos ativos financeiros, 47,4% dos detentores conhecem o seu valor, de forma total (28,7%) ou parcial (18,7%). Paralelamente, 67,1% acompanham com frequência a evolução da sua rentabilidade, tanto numa base quinzenal como mensal (31,8% e 35,3%, respetivamente). O contacto presencial com as respetivas entidades e o contacto online constituem as principais estratégias de gestão de ativos financeiros, representando 67,9% e 41,5%, respetivamente.

A digitalização dos serviços financeiros já faz parte da rotina de muitos entrevistados. Cerca de metade dos inquiridos utilizam plataformas online para efetuar pagamentos, transferências e consultar movimentos bancários. No entanto, a adesão ao digital em operações mais complexas ainda é reduzida. Apenas 8,0% solicitaram um cartão bancário online, 7,3% realizaram investimentos ou aplicações financeiras e 6,9% subscreveram um seguro através de um meio digital. A abertura de contas à ordem (3,5%) e a contratação de créditos (2,8%) continuam a ser práticas pouco comuns entre os portuenses.

No que diz respeito ao património, 35,8% dos entrevistados possuem bens imobiliários, e a maioria (76,2%) conhece o valor do seu património, embora apenas 9,7% o avaliem de forma exata e atualizada.

Na escolha de um seguro, os fatores mais determinantes são o valor da apólice (76,3%) e as coberturas incluídas (61,4%). Entre os 25 e os 54 anos existe uma tendência para na escolha de um seguro se ponderar um conjunto (mais) alargado de fatores, como prémios, serviços adicionais e período de carência.

Apesar de 81,9% dos inquiridos estarem cientes da existência de fraudes financeiras, apenas 18,6% afirmam conhecer diretamente uma vítima. Não obstante, as medidas preventivas continuam a ser pouco adotadas: apenas 9,9% possuem um plano específico para se protegerem contra este tipo de risco.

3) Compreensão financeira

Mais de metade dos entrevistados (56,7%) consideram possuir conhecimentos financeiros moderados ou medianos, enquanto 41,1% admitem ter pouca ou nenhuma familiaridade com o tema. Apenas 2,1% autoavaliam-se com um nível elevado ou muito elevado de literacia financeira. Quando questionados sobre como avaliam os seus conhecimentos financeiros em comparação com a população portuguesa em geral, 53,5% consideram-se ao nível da média,

40,7% acreditam ter um conhecimento inferior ou muito inferior e apenas 5,3% veem-se como mais informados

Os entrevistados responderam a sete questões sobre literacia financeira, alcançando uma média de 4,14 respostas corretas. Apenas 7,7% dos inquiridos acertaram todas as questões. Os melhores resultados verificaram-se na identificação da inexistência de juros num empréstimo de 50 euros com retorno rápido da mesma quantia (91,3%) e na divisão linear de 1000 euros por cinco irmãos (92,3%). Já no reconhecimento do saldo disponível num extrato bancário, 65,7% responderam corretamente, mas apenas 41,5% identificaram que um pagamento poderia levar a conta a descoberto.

Os conceitos mais complexos registaram uma menor taxa de resposta correta: 44,9% dos entrevistados compreenderam a relação entre inflação e poder de compra, 37,3% calcularam corretamente juros simples e 40,9% demonstraram conhecimento sobre juros compostos. Num exercício de validação de afirmações financeiras, em verdadeiras e falsas, apenas um entrevistado acertou todas as 11 declarações, sendo a média total de 5,16 por pessoa.

A maioria dos inquiridos compreende o impacto da inflação no custo de vida (75,0%) e reconhece o débito direto como um mecanismo para evitar esquecimentos no pagamento de contas (82,4%). No entanto, quando se trata de investimentos, apenas 56,7% identificam a relação entre risco e retorno, e um número ainda menor compreende o impacto da diversificação do portefólio na redução do risco (33,3%). Do mesmo modo, apenas 32,1% distinguem os diferentes níveis de risco entre produtos como ações e certificados de aforro, e apenas 24,0% percebem corretamente a diferença de rentabilidade entre juros simples e compostos.

No que toca à segurança digital, 69,1% dos entrevistados evitam redes Wi-Fi públicas para transações financeiras, enquanto 47,4% verificam previamente se a instituição financeira está devidamente regulada no país antes de realizar operações online. Além disso, 40,6% sabem

que um contrato digital pode dispensar assinatura em papel e 34,0% reconhecem que criptomoedas não têm o mesmo curso legal que notas e moedas. No entanto, apenas 21,4% estão conscientes de que dados pessoais partilhados online podem ser utilizados para ofertas financeiras personalizadas.

De forma geral, os resultados indicam que a compreensão financeira melhora com níveis mais altos de escolaridade. Os homens, trabalhadores ativos e pessoas pertencentes a agregados com maior rendimento mensal, demonstram maior confiança e familiaridade com temas financeiros, evidenciando a importância da educação financeira no desenvolvimento de uma gestão consciente dos recursos.

4) Formação em literacia financeira

A maioria dos entrevistados (63,1%) desconhece ou não dispõe de informação suficiente sobre os programas de literacia financeira existentes. Entre os que conhecem, uma parte significativa (45,5%) considera-os pouco acessíveis à população em geral, apontando como principais obstáculos a fraca divulgação, os custos envolvidos e a linguagem excessivamente técnica e elitizada.

Quando questionados sobre a possibilidade de participar num curso de literacia financeira, apenas 29,6% manifestam interesse, sobretudo como uma ferramenta para melhorar a gestão do rendimento pessoal e familiar. No entanto, a sensação de desnecessidade, de percepção de conhecimento suficiente, destaca-se como o principal fator de resistência.

5) Benchmarking nacional e internacional

No planeamento do orçamento familiar e da poupança, bem como na escolha e gestão de produtos financeiros, os resultados da população residente no Município do Porto estão, em geral, alinhados com os obtidos a nível nacional. No entanto, os resultados apresentam duas

diferenças notórias. No Porto, a adoção de práticas de gestão financeira no dia-a-dia é menos comum, com 69,0% dos residentes a referirem essa prática, face aos 82,1% registados a nível nacional. Para além disso, existe também uma menor incidência de planeamento para a reforma, com 62,6% dos inquiridos a mencioná-lo, em comparação com os 84,2% observados no conjunto do país.

Ao nível da compreensão financeira, embora os residentes no Município do Porto percecionem um nível de conhecimentos financeiros superior à média da população portuguesa, os resultados do estudo evidenciam, em média, um menor número de respostas corretas (4,14 vs. 4,25). Nas afirmações comparáveis, obtiveram 43,8% de avaliações corretas por afirmação em contrapartida do panorama nacional onde registaram 58,7%.

Na análise do estudo OCDE, e considerando as comparações diretas possíveis com a média dos 20 países da OCDE, destacam-se alguns pontos que seguem a tendência observada para a população portuguesa. Em cenários de crise financeira, a população residente no Porto revela uma maior capacidade para enfrentar dificuldades económicas. Cerca de 66,7% dos inquiridos afirmam conseguir cobrir autonomamente uma despesa inesperada equivalente ao seu rendimento mensal, um valor superior aos 56,2% registados na média dos países da OCDE. Paralelamente, 48,8% indicam que conseguiriam suportar o custo de vida por três ou mais meses em caso de perda abrupta da principal fonte de rendimento da família, o que se sobrepõem aos 41,6% observados no conjunto dos países da OCDE.

Comparativamente à média dos países considerados no estudo OCDE, a população do Porto apresenta uma adesão significativamente menor ao canal digital para a realização de atividades e operações financeiras. Em média, apenas 5,7% dos residentes recorrem ao meio digital para determinadas atividades, enquanto nos países da OCDE essa percentagem sobe para 20,9%. No que diz respeito à realização de operações financeiras online, 38,9% da população do Porto utiliza este canal, face aos 64,3% registados na OCDE para o mesmo tipo de operações.

Por fim, no âmbito da compreensão financeira, a população residente no Porto regista um nível médio de resposta correta aos exercícios e afirmações inferior ao observado para a média dos países OCDE (47,6% vs. 63,6%, respetivamente).



Literacia Financeira no **Porto**